

Que Futuro Para os Ecomuseus?

Graça Filipe^I e Hugues de Varine^{II}

Reflexão sobre os movimentos de experimentação museal iniciados nas décadas de 1960 e 1970, que conduziram à afirmação da “nova museologia” e dos “ecomuseus”.

Os autores traçam uma prospectiva da evolução deste movimento no curto e médio prazo, com base no estudo de casos e na análise detalhada dos riscos, as tendências e os desafios que enfrentam os ecomuseus para cumprir a sua missão de gestão do Património ao serviço da sociedade.

PALAVRAS CHAVE: Museologia; Património.

ABSTRACT

Reflections on the museal experimental movements which began in the 1960s and 1970s, and have led to the affirmation of “new museology” and “ecomuseums”.

The authors anticipate what may be the evolution of this movement in the short and mid-term, based on case studies and a detailed analysis of the risks, trends and challenges that ecomuseums face in their Heritage management mission at the service of society.

KEY WORDS: Museology; Heritage.

RÉSUMÉ

Réflexion au sujet des mouvements d'expérimentation muséale commencés dans les années 1960 1970, qui ont conduit à l'affirmation de la « nouvelle muséologie » et des « écomusées ».

Les auteurs retracent une prospective de l'évolution de ce mouvement à court et moyen terme, basé sur des études de cas et l'analyse détaillée des risques, les tendances et les défis auxquels sont confrontés les écomusées pour remplir leur mission de gestion du Patrimoine au service de la société.

MOTS CLÉS: Muséologie; Patrimoine.

1. O ECOMUSEU: MEIO SÉCULO DE EXPERIMENTAÇÕES

Os ecomuseus nasceram de diversos movimentos de experimentação museal nos anos 60 e 70 do século passado, originários de iniciativas locais, em contextos locais, sem normas impostas e sem concertação entre os promotores dos projectos. O México criou, sucessivamente, museus nacionais revolucionários pelo seu conceito e a sua museografia (1964), museus locais, museus escolares e museus comunitários. Nos Estados Unidos, as lutas pelos direitos cívicos geraram os “*neighborhood museums*”, dos quais o de Anacostia foi o mais espectacular, devido a John Kinard, apadrinhado pela Smithsonian Institution (1966). Em África, na Nigéria recentemente tornada independente, um museu nacional foi criado pelas diferentes comunidades envolvidas na construção da unidade nacional (1963). Em França, um conjunto de circunstâncias levou à criação do museu, mais tarde chamado ecomuseu, da comunidade urbana Le Creusot-Montceau (1972). Na América Latina, a Mesa Redonda de Santiago (1972) adoptou o conceito de “museu integral” ao serviço da sociedade.

Foi a partir da Conferência Geral do ICOM de 1971 que estas iniciativas, multiplicando-se, ganharam progressivamente um sentido e um nome, de “nova museologia”. Como toda a instituição que pretende ser radicalmente diferente sente muitas vezes a necessidade de ter um novo nome, a palavra “ecomuseu”, inventada num outro contexto, foi rapidamente adoptada pelos militantes desta nova museologia, para se demarcar dos museus tradicionais e tentar definir novas características. Apesar do termo não abarcar senão uma pequena parte do campo da nova museologia, prestando-se mal a definições demasiado limitativas, convencionaremos neste texto utilizá-lo para representar todas as instituições estabelecidas sobre um território, onde é gerido o património de uma comunidade, para e por essa comunidade.

Resultante deste processo, o ecomuseu é uma inovação metodológica que deu prova de eficácia, tanto para a acção cultural, como para a valorização do património e para o desenvolvimento local. Mas é de uma grande fragilidade, pois raramente atingiu a fase de reconhecimento institucional. Responde mal às regras e às normas fixadas para os museus e os outros equipamentos culturais. Envelhece mal, pois está estreitamente ligado aos seus fundadores e ao momento da sua criação. Apresenta uma grande diversidade de modos

^I Investigadora do Instituto de História Contemporânea e docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa. Foi responsável técnica / directora do Ecomuseu Municipal do Seixal de 1990 a 2009.

^{II} Antigo director do Conselho Internacional de Museus - ICOM (1965-1974), consultor em desenvolvimento local e comunitário.

de organização, de financiamento, de relações com o mundo político-administrativo. É sobretudo um lugar de experimentação museal e patrimonial: nesta qualidade, pode ser confrontado com insucessos, rejeições por parte da comunidade ou da administração, derivações para uso económico ou por folclorização. Tudo isso justifica a questão que colocamos no nosso artigo.

2. UMA PROSPECTIVA INDISPENSÁVEL

É por certo útil e intelectualmente satisfatória a prática quotidiana da ecomuseologia (e da ecomuseografia), a que outros chamam socio-museologia, ou estudar e analisar a teoria e as práticas passadas e actuais dos ecomuseus, mas é também necessário questionar-se se e como é que este movimento vai viver e prosseguir nos próximos anos. Com efeito, para já na Europa, mas também fora dela (por exemplo, no Japão), as restrições de financiamentos públicos a todos os níveis, do nacional ao regional e ao local, conjugam-se com as tentativas para controlar e normalizar o uso do termo museu, mesmo sob a forma ecomuseal.

Também se deve colocar a questão do futuro mais distante, daqui a uns 20 ou 50 anos. Será o ecomuseu reintegrado na norma dos museus, por uma simples musealização progressiva do património, sob a forma da classificação de um crescente número de edifícios e de sítios e através da extensão das colecções adquiridas, postas em reserva ou expostas, o que retirará progressivamente cada vez mais objectos da vida cultural e social? Ou o ecomuseu prosseguirá na via da inovação para acompanhar as mudanças da sociedade e a extensão da noção de património vivo, utilizado, em transformação, em criação, sob a responsabilidade da comunidade? Ou então, o ecomuseu vai simplesmente atrair sob a sua denominação – ainda que raramente naquilo que é o seu espírito – inúmeros museus locais já existentes, onde se conservam colecções de etnologia, de arqueologia, de história, de indústria, que em França foram agrupados com os ecomuseus na categoria de “museus de sociedade”¹?

Por outro lado, podemos colocar a questão da validade do termo “ecomuseu”, que abarca tantas realidades diversas, mas não confirma automaticamente a presença e a interacção dos três termos: território, património, comunidade.

¹ A Federação dos Ecomuseus e Museus de Sociedade (FEMS – <http://www.fems.asso.fr/>) reflecte bem a incapacidade de um sistema centralizado de museus aceitar a existência autónoma de museus diferentes, não ligados a uma colecção e à sua conservação.

3. TRÊS VIAS DE MÉTODO

Vamos basear-nos numa série de exemplos escolhidos em vários países, mas privilegiaremos a nossa experiência pessoal ligada a dois eco-

museus que apresentam a característica comum de serem relativamente antigos, portanto de nos permitirem estudar a sua evolução num espaço temporal: o ecomuseu de Creusot-Montceau, em França, cuja fundação remonta a 1972, e o ecomuseu do Seixal, em Portugal, criado em 1982 como museu municipal e a partir de 1983 denominado como ecomuseu. Os dois conheceram evoluções diferentes mas podem ser considerados como representativos das grandes linhas da ecomuseologia.

– O ecomuseu de Creusot-Montceau nasceu de uma encomenda política, mas em seguida tomou a forma de uma associação comunitária, agrupando o conjunto das partes interessadas no património de um território de 16 municípios industriais e agrícolas. Conheceu crises internas e externas, várias reformas estatutárias, para finalmente se tornar, em 2012, um museu de colecções, uma instituição científica e cultural dependente administrativa e tecnicamente da Comunidade urbana de Le Creusot-Montceau. A sua função turística foi desenvolvida a partir dos anos 90 do século XX.

– O ecomuseu do Seixal é uma instituição municipal desde que foi criado, destinado a gerir o património de todo o território do concelho do Seixal, polinucleado, apoiando-se fortemente na participação e na memória dos habitantes, em particular ligadas ao trabalho, à indústria – especialmente à construção naval e à navegação, à moagem, à cortiça, aos explosivos, à siderurgia – e à história social. Funciona essencialmente para a população do Seixal e dá uma particular atenção à programação de actividades para os jovens em idade escolar, mas desenvolve também iniciativas destinadas aos públicos exteriores. O seu centro de documentação, os objectos, os edifícios e os sítios que gere mais directamente constituem objecto de uma intensa actividade de investigação científica e de valorização museográfica.

A partir destes dois exemplos, e de outros tomados tanto no Brasil como em Itália, vamos colocar três séries de questões, que servirão de guias para uma reflexão sobre três grupos de questões quanto ao futuro do ecomuseu:

– Que riscos os ecomuseus encontram ou podem encontrar no presente e no futuro, sobretudo devido ao seu carácter inovador e não conformista – ou mesmo, como alguns diriam –, heterodoxo ou herético, em relação à norma museal internacional?

– Que tendências se operam actualmente ou se delineiam, no quadro das estruturas e instituições locais de que fazem parte os ecomuseus, e que impacto têm sobre eles?

– Que desafios vão ser exigidos aos ecomuseus, pelas escolhas, pelas tomadas de decisão e pela invenção de métodos e de meios novos, para que estejam aptos a desempenhar um papel próprio, nos seus territórios e nas suas comunidades?

É das respostas a esta série de questões que dependerá, a nosso ver, a capacidade dos ecomuseus, não somente para sobreviverem, mas sobretudo para cumprirem a sua missão de gestão do património ao serviço da sociedade.

4. QUAIS SÃO OS RISCOS?

Como acontece com toda a inovação que, felizmente, por um lado, ainda não tenha sido congelada e, por outro, infelizmente, não tenha obtido o reconhecimento das estruturais culturais oficiais, tal como sucede com frequência, e que, além disso, se mantenha predominantemente experimental e, portanto, instável, o ecomuseu é confrontado com um grande número de riscos, devidos à sua envolvente institucional, social e política. Para evitar que tais riscos destruam o ecomuseu, de alguma maneira, é necessário ter consciência deles.

Mas o exercício é difícil, porque não há dois ecomuseus semelhantes e se, por comodidade, aqui adoptamos a palavra ecomuseu, já vimos anteriormente tratar-se na verdade de uma nebulosa, ou talvez de uma constelação de projectos locais, com características, dimensões e denominações diferentes. Portanto, da nossa seguinte lista de riscos convirá referenciar, para cada situação em particular, aqueles que são reais e os mais perigosos para a existência e para o futuro de um determinado projecto. Tentaremos enumerar aqui esses riscos, sem os ordenar segundo uma ordem específica, para não privilegiar um ou outro, nem influenciar o leitor.

4.1. O RISCO POLÍTICO

O território é um espaço natural e cultural, mas é também político. O ecomuseu, por não ser uma instituição clássica, porque recorre a objectivos e a métodos não clássicos, porque pretende mobilizar a fazer participar a comunidade de cidadãos, muitas vezes fora das estruturas e das lógicas administrativas, pode gerar conflitos, ou tornar-se objecto de um “aproveitamento” político, ou ser uma fonte de alienação, sob a capa de inovação e de uma linguagem moderna. Também acontecem mudanças de atitudes políticas, por ocasião de eleições ou de crises internas no poder local, por vezes até devido à hostilidade de um simples autarca. Os eleitos podem tentar instrumentalizar o ecomuseu, tomando-o como instrumento de manipulação dos cidadãos, tendo em vista projectos de ordenamento de território, de atentados ao ambiente cultural e natural, por exemplo em situações relacionadas com ciclos eleitorais. Há quem veja no ecomuseu um meio de reforçar uma identidade local, para excluir elementos exógenos da comunidade. Outros centram os seus interesses no impacto da valorização do património sobre o turismo. O poder local não irá abandonar o património e as instituições que o representam (museus, bibliotecas, arquivos, associações locais) para responder às exigências sociais maioritárias que o pressionam, para dar prioridade ao emprego, à saúde, à educação ou ao lazer?

Como se poderá assegurar ao ecomuseu, seja qual for o seu estatuto e a origem do seu projecto, uma verdadeira independência, para as suas escolhas e os seus programas, face a estes riscos? Esta questão é tanto mais crítica, quanto os cidadãos, individual e colectivamente, em co-

“Será o ecomuseu reintegrado na norma dos museus, por uma simples musealização progressiva do património, ou prosseguirá na via da inovação para acompanhar as mudanças da sociedade e a extensão da noção de património vivo, utilizado, em transformação, sob a responsabilidade da comunidade?”

munidade, não estão quase nada habituados a assumir a responsabilidade do seu património comum e a desempenhar um papel efectivo no desenvolvimento do território.

4.2. O RISCO ECONÓMICO

Mesmo no caso de os ecomuseus serem no início e essencialmente projectos e acções levados a cabo por voluntários, militantes, associações ditas “sem fim lucrativo” e, sobretudo, nos casos em que são operacionalizados por profissionais, ligados ou não aos poderes locais, têm necessidade de meios humanos e materiais, portanto de orçamentos e de fontes de recursos regulares.

Ora, após o início do movimento dito da “nova museologia”, os projectos têm sobretudo o apoio financeiro público, tomando habitualmente a forma de subvenções de investimento ou de funcionamento, normalmente anuais ou, mais raramente, plurianuais. Esses orçamentos de base são completados por recursos obtidos junto de fontes diversas, públicas ou privadas, ou do mecenato, a partir de dossiês de projectos negociados ou de candidaturas a programas.

Ora não só esses modos de financiamento conduzem a uma forte dependência dos poderes públicos e da sua “boa vontade” ou das suas exigências (referidas no parágrafo e no risco precedentes), como também são precários. Tanto mais que a sua obtenção depende de arbitrios políticos da parte dos decisores: se os créditos disponíveis diminuem, ou se a procura social exerce uma pressão mais forte sobre ur-

gências sociais, as pretensões do ecomuseu passam muitas vezes a segundo ou a terceiro plano de prioridades.

Aquilo a que actualmente se chama a “crise” económica e social, mas que em parte talvez seja também uma viragem durável do crescimento em proveito dos países emergentes, assim como as novas necessidades geradas pelas alterações climáticas e a tomada de consciência ecológica, constituem outras tantas ameaças para as instituições culturais, estruturalmente frágeis e pouco reconhecidas.

Os recursos próprios dos ecomuseus são, na melhor das hipóteses, fracos e imprevisíveis, quando decorrem de receitas turísticas e de produções locais tradicionais em processo de redescoberta e de modernização.

Quanto aos mecenas, as suas decisões não são induzidas por lógicas de desenvolvimento ou de património, mas pelo interesse pessoal desses mecenas, a título individual ou colectivo, por um ou outro projecto. É assim que as instituições bancárias italianas, quase tão burocráticas quanto os poderes públicos, afectam os seus créditos a partir de critérios definidos por comissões inteiramente estranhas aos territórios e aos projectos que lhes solicitam.

Para os ecomuseus, pelo contrário, pelo menos para aqueles que procuram um certo profissionalismo, os orçamentos aumentam sem cessar, devido ao custo dos salários do pessoal, das prestações externas que seguem a inflação ou a lei do mercado, e também às normas nacionais e europeias cada vez mais exigentes (acessibilidade, segurança, em particular).

Nessas condições, como tornar o ecomuseu capaz de cumprir as suas missões de gestão patrimonial, de educação escolar e popular, de adaptação à mudança social, de acolhimento dos visitantes, de animação comunitária? Como demonstrar aos financiadores tradicionais o seu papel de instrumento insubstituível do desenvolvimento local, cultural, social e económico? Como fazê-lo subir na hierarquia das prioridades políticas e administrativas?

4.3. O RISCO DE MUDANÇA DE GERAÇÃO

Mesmo quando o seu projecto é fruto da decisão de uma pessoa, de uma associação ou de uma administração, um ecomuseu é a criação de uma geração, num dado momento da história do território e da sua população. Se esta é composta principalmente de mineiros, ou de agricultores, ou de artesãos, aquele decisor responderá aos gostos, às preocupações, às necessidades dessa população, ou de uma parte mais activa desta.

Passado o tempo e quando uma nova geração activa acede ao poder de iniciativa e de decisão, o ecomuseu, fundado pela geração precedente, mantém o seu interesse para a nova? A sociedade mudou, as actividades do passado podem ter desaparecido, o olhar sobre o património é diferente. Se a mina fechou, se os técnicos agrícolas mudaram, a importação dos bens de consumo fez desaparecer numerosos

pequenos artesãos e comerciantes, se o território sofreu uma desindustrialização, a população activa passou a estar predominantemente ligada aos serviços, o passado pode parecer menos importante, ou a sua interpretação pode ser diferente. E a terceira geração estará ainda mais distante dos conceitos iniciais. Como acompanhar a mudança em tempo real?

A questão do voluntariado e do profissionalismo coloca-se aqui. Os profissionais estão provavelmente mais aptos a acompanhar a evolução do território e das necessidades da comunidade, mas tendem a substituir os usuários, tanto na decisão como na acção. Os voluntários, saídos da população, pertencem frequentemente à geração precedente e as suas escolhas ressentem-se. Além disso, sendo em geral mais velhos, têm uma disponibilidade limitada, pelos seus projectos pessoais, pelas suas responsabilidades familiares e pela sua saúde. A geração “activa”, a dos 30-50 anos, está pouco ou não está disponível e não se compromete fora do seu trabalho e da sua família. Enfim, os jovens têm uma cultura própria e não praticam o ecomuseu, habitualmente, fora do quadro de programas escolares, portanto fazem-no sobretudo como um público cativo.

O ecomuseu de Creusot-Montceau tentou remediar o resultado da interacção dos referidos factores, durante quarenta anos, passando por diversas crises, para finalmente se institucionalizar e renunciar à participação comunitária.

No Ecomuseu Municipal do Seixal, sob a tutela do poder local, a mudança de geração dos autarcas teve reflexos evidentes tanto ao nível das escolhas de novos projectos, por vezes em detrimento de anteriores projectos de aproveitamento do património, como ao nível das formas de interacção com a população. Aliás, os dois aspectos tornaram-se factores importantes para a vida do Ecomuseu, dado que novas áreas urbanizadas trouxeram novos habitantes e outras mudanças ao território, exigindo um maior esforço da própria equipa técnica do Ecomuseu. Apesar das tentativas de vários membros da equipa, investigadores e mediadores, que procuraram integrar a participação de elementos da população nos inventários e na programação de exposições, a dependência incondicional do poder político e a chegada de uma nova geração profissional tornaram cada vez difícil pôr em prática a participação comunitária.

Como fazer evoluir o museu ao ritmo das gerações, tentando visioná-lo para uma geração adiantada e não o deixar numa geração atrasada? Será isto uma utopia? Um museu pode ultrapassar os primeiros 20 ou 25 anos sem declínio no espírito dos habitantes e tornar-se progressivamente, na melhor das hipóteses, um museu clássico, de vocação prioritariamente turística?

4.4. O RISCO DA NÃO-PERTINÊNCIA

Para além da questão do ritmo das gerações, que se aplica sobretudo à comunidade, enquanto detentora (*shareholder*) e usuária (*stakeholder*)

der) do seu património, podemos colocar o problema do olhar que têm sobre o ecomuseu os outros *stakeholders*, enquanto elementos exteriores interessados, tais como os eleitos, os agentes turísticos, os empregadores locais, a administração do património, as associações, os investigadores e docentes de todos os níveis. Concordam com os princípios, os programas, os modos de acção do ecomuseu, encontram neste um interesse suficiente para o apoiarem moralmente, materialmente, intelectualmente e politicamente?

Pois se o ecomuseu lhes parecer inútil, ou não suficientemente útil, corre-se o risco de que aqueles o abandonem aos seus próprios meios, insuficientes, ou que procurem tomar o seu controlo. Tanto mais que todas as partes interessadas têm elas próprias ritmos de evolução e de mudança diferentes, e não têm por hábito considerar a comunidade como detentora de um direito prioritário na gestão e na utilização do seu património.

Como dar ao ecomuseu uma “plasticidade” suficiente para que possa ser reconhecido como útil e pertinente pelo maior número possível dos actores de desenvolvimento local, que consideram ter legitimidade para se interessar pelo património? Voltaremos a estas preocupações ao abordarmos a governança do ecomuseu, a que se deverá a possibilidade de coabitação de todas essas legitimidades nas instâncias decisórias, ao lado da legitimidade da comunidade e dos seus membros.

4.5. O RISCO DE INTERESSES PARTICULARES

De que participação falamos? Nunca acontece ser a população inteira a tomar tal atitude, mas sim grupos, associações, apaixonados do passado, militantes do desenvolvimento local e do património, uma minoria actuante que contribui para mobilizar pontualmente os outros cidadãos sobre projectos concretos de interesse geral. É normal que assim aconteça e a participação dos habitantes é um percurso lento de efectuar, quanto mais não seja porque a maioria dos cidadãos não está pronta a agir colectivamente, fora do sistema de democracia de delegação que é norma na Europa.

Mas é um verdadeiro risco e sabemos como está muitas vezes presente nos ecomuseus, devido ao seu modo de criação. Estes assentam efectivamente, à partida, em poucas pessoas e hipermotivadas. A motivação destas é geralmente o interesse geral, o serviço da comunidade, a preocupação pelos recursos patrimoniais e o desenvolvimento do território. Todavia, encontramos por vezes proponentes de projectos que agem sobretudo em nome próprio, por interesse de carácter erudito, ou como coleccionador, ou actor de turismo local ou por ambição política. Têm tendência para adquirir e assegurar não uma “liderança de serviço”, mas um papel dominador no seio da sua comunidade. Pode também ocorrer o risco de uma vontade exterior, actuando em nome do bem dos habitantes e do seu património, por eles, mas sem eles. Ou então o desejo de controlar uma iniciativa local passível de servir fins políticos e económicos, de ordem pessoal.

“Como acontece com toda a inovação que se mantenha predominantemente experimental, o ecomuseu é confrontado com um grande número de riscos, devido à sua envolvente institucional, social e política.”

Como evitar tais desvios? Será necessário recorrer à “*labelização*” do ecomuseu, com um caderno de encargos muito preciso, que imponha o respeito de normas, em detrimento da inovação e da diferença? Como conciliar o apoio dos poderes públicos locais, das universidades, das “personalidades” locais, com as intenções mais desinteressadas que eles tenham ou que se suponha terem?

4.6. O RISCO DA COLECÇÃO

Lembraremos aqui que, segundo o conceito base de ecomuseu, a colecção não está no centro do projecto ecomuseal. De algum modo é resultante da missão de gestão do património do território e da comunidade associada ao ecomuseu. O ecomuseu pode ser herdeiro de uma colecção, pode constituir uma a partir de doações espontâneas, ou para proteger um conjunto de objectos ou um sítio em perigo aos olhos da população, etc. Mas cuidar da colecção ou o seu acrescentamento não devem prevalecer sobre a gestão do património global da comunidade.

No ecomuseu há porém a palavra museu e com frequência os ecomuseus são submetidos, a maior parte das vezes contra a sua vontade, a leis e regulamentos comuns a todos os museus e que conferem à colecção o lugar principal (veja-se, por exemplo, a definição do Conselho Internacional de Museus). Também para os membros da comunidade todo o museu, ainda que precedido do prefixo “eco”, deve acumular uma colecção e conservá-la como tesouro da comunidade. E as doações que não se podem recusar, ou as recolhas mais ou menos espontâneas, por exemplo por ocasião de inventários ou de exposições, conduzem à criação de uma colecção cada vez mais invasiva e exigente.

No Ecomuseu do Seixal, a constituição de um grande acervo e a dificuldade de controlo das incorporações, principalmente devido à tentativa de dar resposta às expectativas expressas por muitos habitantes locais, teve um duplo efeito de renovação das práticas ecomuseais, mas constituiu também um indubitável factor de crescimento do orçamento necessário ao funcionamento. O debate sobre a patrimonialização e o balanço da gestão patrimonial, uma vez que no Seixal o ecomuseu foi assumido como “serviço de património” no âmbito territorial, são cruciais para compreender os actuais problemas e encarar soluções para o futuro do Ecomuseu.

O risco é portanto o de vermos o ecomuseu tornar-se a médio ou longo prazo um museu comum e a colecção mobilizar a maior parte dos seus meios em pessoal, em espaço e no respectivo orçamento. Mesmo se o ecomuseu, no início, não tem edifício próprio e trabalha realmente sobre o conjunto do território, vai acabar por ter necessidade de armazenar a sua colecção, de a inventariar, de a conservar e proceder a algum restauro, de investir na organização dos espaços e em equipamentos. É o que progressivamente aconteceu também no ecomuseu de Creusot-Montceau, ou no de Fourmies-Trelon, no Norte de França.

O ecomuseu é então literalmente sufocado pela quantidade de objectos, de documentos e pelo tempo que eles requerem, sem contar o efeito induzido na maior parte dos profissionais, que às vezes se transformam inconscientemente em coleccionadores, sendo esta uma tendência inerente ao especialista em património: fica-se fascinado por tal ou tal objecto que se quer estudar, depois conservar, proteger, mesmo se é para o fechar no fundo de uma sala de reserva.

O Ecomuseu Municipal do Seixal trabalhou durante vários anos na elaboração de uma Carta do Património, assente quer num inventário de património material, quer num levantamento e registo de memória oral junto de centenas de habitantes locais, constituindo uma importante base de dados sobre o território e o património reconhecido por grande parte da população, muito para além do inventário do património musealizado.

O princípio da “colecção ecomuseal” defendido pelo Ecomuseu du Fier Monde de Montréal, para o distinguir da “colecção museal”, procura responder a esse risco. A colecção do ecomuseu não é por si adquirida, conservada nas suas reservas, mas aquilo que a compõe fica no seu lugar no território, ou em casa de particulares, ou nos organismos públicos ou privados. Esses elementos são simultaneamente incluídos no inventário do ecomuseu e confiados aos bons cuidados dos seus proprietários ou vizinhos, permanecendo disponíveis para ser eventualmente utilizados nos programas de actividades do ecomuseu.

Poderá esta resposta generalizar-se, ou outras serão possíveis, tais como a recusa da doação, ou ainda a limitação de uma eventual colecção ao número de objectos necessários para a exposição permanente e para as actividades regulares? Enfim, como resolver o problema da gestão de colecções preexistentes, inalienáveis, confiadas ao ecomuseu

quando da sua fundação, ou da transformação de um museu local existente em ecomuseu?

4.7. O RISCO DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Este risco está muito próximo do precedente, como já vimos. Inscrever um objecto, um elemento da paisagem, uma tradição, uma canção no património local, ao cabo de um processo participativo, como nos *Mappe di comunità* italianos ou, de forma mais genérica, como no sistema de informação do Ecomuseu Municipal do Seixal, é já dar-lhes um estatuto patrimonial. Isso não equivale a uma protecção legal ou administrativa no sentido do inventário nacional gerido em França pelo Ministério da Cultura, mas pode conduzir a tal, nalguns casos. Sobretudo, pode dar lugar a “congelar” esse património, mais ou menos equivalente a uma musealização, mesmo que permaneça ou no domínio público ou sob domínio de privados. Essa espécie de imobilização do património não lhe permitirá continuar a viver naturalmente, a ser utilizado, a circular no território, se for o caso. Enfim, a patrimonialização tem um outro efeito perverso, aos nossos olhos, que é o de poder dar um valor de mercado a um dado objecto ou edifício, e, portanto, permitir, um dia, a sua entrada no mercado, sem relação com o seu carácter cultural e afectivo.

Neste caso, o ecomuseu fica no fio da navalha, entre a valorização cultural, que implica manter com vida o património reconhecido como tal pela comunidade, e a valorização económica, que implica muitas vezes uma reutilização, sob formas diversas, de elementos do património, sendo ambas importantes, a primeira para assegurar a legitimidade e a sua credibilidade junto da população, a segunda para fazer com que o património participe no processo de desenvolvimento do território. O ecomuseu pode ser ao mesmo tempo museu e empresa? Uma educação patrimonial forte e permanente, dirigida a todos os membros da comunidade, pode responsabilizar os habitantes e torná-los capazes de protegerem o seu património sem o submeter a formas de conservação? O ecomuseu pode aparecer, principalmente aos olhos dos responsáveis económicos e políticos, como um actor positivo do desenvolvimento e não como um conservador passadista, fechado sobre si próprio?

4.8. O RISCO DA NORMA IMPOSTA

A maior parte das leis e regulamentos respeitantes aos museus aplicam-se também aos ecomuseus, salvo em Itália e, talvez, na China. Ora esses textos são estabelecidos a partir de uma definição de museu-instituição, que parte do princípio da existência de uma colecção inalienável e que define as condições da sua conservação, de estudo, de exposição, etc., e supondo a existência de um edifício e o acolhimento de públicos. Os ecomuseus não podem responder a normas baseadas nestes princípios.

Além disso, a tradição, senão a lei, classifica os museus em função de uma “disciplina de base”, supostamente a que abrange a dominante científica principal da colecção: um museu é de etnologia, ou de belas-artes, ou de ciências naturais, ou de história. O ecomuseu, que representa o património de um território, utiliza todas as disciplinas mas não se reconhece em nenhuma em particular.

Em França, um resultado dessa política museal foi a criação, sob iniciativa da Inspection des Musées de Province da Direction des Musées de France, de uma categoria de “museus de sociedade”, no seio da qual se enquadram os ecomuseus. Estes últimos são, portanto, considerados segundo os mesmos critérios dos museus locais de etnologia, de artes e tradições populares, de história, de arqueologia, de indústria, etc. E a Federação dos Ecomuseus e Museus de Sociedade é o resultado desta confusão. De país inventor do ecomuseu², a França assumiu um retrocesso considerável, com algumas excepções.

Em Itália, pelo contrário, os ecomuseus permanecem claramente no exterior do mundo dos museus tradicionais, graças à existência em muitas regiões de leis regionais dos ecomuseus que lhes conferem definições específicas, retomando sempre as noções de território, de património, de comunidade e, sob uma forma ou outra, de função social da instituição. Neste país, novos riscos podem aparecer: um formalismo demasiado grande conferido ao processo de redacção de cada lei, pondo em risco a originalidade de cada projecto e a sua adaptação ao meio e ao território; a ligação à lei, para obter subvenções correspondentes, de museus locais que não têm nada de ecomuseus, contornando certos critérios dessa mesma lei.

Perante esta situação geral, como garantir ao ecomuseu o seu carácter próprio, deixar-lhe o direito à inovação, à experimentação? Mas também como estabelecer relações de cooperação entre o sector “herético” dos ecomuseus e os sectores mais ortodoxos dos museus e dos monumentos classificados, sobretudo quando o território é, pelo menos parcialmente, comum? Como escapar a uma contaminação pela norma museal, à “coleccionite”, à transformação da função social (respeitante à população) em função turística (respeitante aos públicos)?

4.9. O RISCO DO MODELO

Cada ecomuseu é único. Cada ecomuseu é inovador no seu território, visto não haver dois territórios semelhantes, duas comunidades idênticas, dois contextos socioeconómicos e culturais similares, nem os conjuntos patrimoniais de um território se assemelharem aos do território vizinho.

² Nos anos 70 do século passado, existia no Ministério francês do ambiente um “serviço de ecomuseus” que coordenava os museus e casas de parques naturais regionais, cujo nome havia mudado para ecomuseu por decisão do ministro em 1972. Seguiu-se-lhe a criação de numerosos ecomuseus em meio rural.

Portanto, não pode existir um modelo de ecomuseu, uma receita nacional ou internacional que bastaria copiar, ou mesmo um manual de “boas práticas” como é frequente obsessão das organizações profissionais e internacionais. E, contudo, todos os que tiveram a experiência da criação e do funcionamento de um ecomuseu foram incessantemente interpelados por pessoas que queriam criar o seu ecomuseu, ou um projecto inspirado no “espírito ecomuseu” e que não sabiam como fazê-lo. É uma tentativa natural, mas em que não se deve confiar.

O ecomuseu de Creusot-Montceau, nos anos 70 e 80 do século passado, foi muitas vezes considerado como “o” modelo de ecomuseu. Vieram pessoas de todo o mundo para o estudar. Mesmo em França os seus estatutos foram copiados, ao ponto de se tornar objecto de recomendações oficiais da administração dos museus para novos ecomuseus. Falou-se de filiação em relação a este ecomuseu, por exemplo pelo ecomuseu de Bergslagen.

Todavia, os melhores ecomuseus são aqueles que inventaram os seus próprios projectos e as suas próprias soluções: são criações totais. Sem dúvida, o interconhecimento entre ecomuseus é útil e desejável, para que as ideias, os métodos, os projectos sejam partilhados e se enriqueçam mutuamente. Mas sempre com independência e respeito pelo contexto local e até mesmo pelas ideias próprias dos fundadores. Como já referimos, no Seixal o Museu Municipal, criado em 1982, adoptou a designação de ecomuseu em 1983, depois de entrar em contacto com essa nova realidade e por querer acentuar a especificidade da sua via experimental e de participação de actores locais interessados no património. Em 1984, o director do museu municipal do Seixal visitou o ecomuseu de Creusot-Montceau: dando-se realmente conta da extraordinária semelhança entre os dois projectos, mas de maneira nenhuma, nem nesse período, nem ulteriormente, se operou alguma dependência, mesmo que fosse intelectual, do ecomuseu francês.

Parece possível encontrar soluções para esta problemática. A principal parece-nos residir na cooperação entre ecomuseus e entre “ecomuseólogos”, em grupos de partilha de experiências sobre uma base voluntária e de igualdade: cada projecto pode ser objecto de *peer review*, ou arbitragem científica, para usar um termo corrente no meio académico. Responsáveis experimentados trazem assim o seu olhar exterior ao proponente do projecto. Poder-se-á ir até um acompanhamento prolongado, mas não chegar necessariamente a uma consultoria. Assim funciona em Itália, com o grupo Mondì Locali, ou no Brasil com a Associação Brasileira de Ecomuseu e Museus Comunitários (ABREMC). De certo modo, as “Jornadas Sobre a Função Social do Museu”, que se realizam há mais de 15 anos em Portugal, têm o mesmo papel.

Não será esta, também, a responsabilidade dos encontros nacionais e internacionais de ecomuseus e de museus comunitários, a de ressaltar o carácter inovador e único dos casos estudados como exemplos dos

projectos apresentados pelos participantes, mais do que as suas semelhanças, procurando sempre evitar o jogo, estéril e consumidor de tempo, das definições?

4.10. O RISCO DA ORGANIZAÇÃO

Os ecomuseus têm estatutos diferentes, segundo os hábitos dos seus países respectivos. Em França, têm habitualmente a forma de associações de pessoas sem fim lucrativo, que vivem sobretudo de subvenções públicas. No Canadá, são sobretudo “corporações”, uma forma de sociedade de interesse geral que vive de contribuições públicas e privadas. No Brasil, são maioritariamente fundações ou serviços ligados a municípios, por vezes também a associações. Em Itália, são associações, cooperativas, serviços municipais. Em Portugal, são sobretudo museus municipais e raramente têm utilizado a designação específica e assumido o prefixo “eco”.

Na generalidade dos casos, o problema da sua organização é relativamente independente do seu estatuto jurídico. Porque se coloca a questão da representação da comunidade e das principais partes envolvidas no ecomuseu, nos processos de decisão, assim como dos parceiros científicos e técnicos, dos voluntários e dos profissionais.

Também sobre isto não há um modelo, mas identificamos sérios riscos de afastamento dos princípios. Embora seja evidente que uma vontade ideológica de democracia participativa total conduziria à ineficácia e ao caos, uma governança demasiado estrita, sob pretexto de rigor, de profissionalismo e de eficácia, poderia matar a inovação, a liberdade de iniciativa e o espírito de experimentação. Em todos os casos, a credibilidade do ecomuseu e a sua sustentabilidade assentará largamente na qualidade da sua organização, na sua flexibilidade e na coerência entre esta e os objectivos sociais e culturais do projecto.

O ecomuseu é um empreendimento cultural que pertence ao sector da economia social (ou terceiro sector) e que depende de um financiamento híbrido, misturando recursos externos públicos e privados e recursos próprios provenientes dos seus membros e da sua actividade. Nesta qualidade, a sua organização deveria associar a comunidade, os poderes públicos e os parceiros da sociedade civil, segundo modalidades adaptadas ao seu estatuto jurídico.

Como trazer ao ecomuseu, que é à partida um projecto colaborativo de pessoas e de entidades locais interessadas pelo património e o desenvolvimento, uma ajuda ao estabelecimento e ao funcionamento de um sistema organizacional coerente com os seus objectivos e as suas necessidades em termos de meios?

4.11. O RISCO DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Raramente os ecomuseus são criados por profissionais e ainda não existem “ecomuseólogos” qualificados e reconhecidos como tal. Aliás, não existem formações universitárias especializadas e naquelas em que

se aborda marginalmente o ecomuseu, ou são maioritariamente consagradas à museologia tradicional ou destacam o sector do turismo.

O carácter essencialmente comunitário do ecomuseu explica o facto de aquele ser, normalmente, ou obra de uma pessoa, ou, frequentemente, de um grupo de pessoas membros daquela comunidade e ancorados no território, por vezes também se tendo tornado residentes num período recente, mas ligados ao património local. Trata-se de pessoas entusiastas, mas não especialistas, no sentido profissional do termo. Estando decididas e disponíveis, oferecem o seu tempo, a sua energia, os seus saberes, por vezes o seu dinheiro, e elaboram progressivamente um projecto, geralmente fora do comum, que em seguida tentarão levar a cabo. Se o conseguirem, provavelmente terão um dia que recorrer a profissionais pagos, quer para trabalhos manuais e materiais, quer para as tarefas mais científicas e técnicas. Os italianos procuram muitas vezes “cooperativas sociais” mais ou menos especializadas na animação social e cultural. No Creusot-Montceau, inicialmente recrutaram-se jovens locais pouco formados, que em seguida se qualificaram até obter diplomas de formação superior.

Mas, como em muitas associações, a entrada de profissionais numa organização mantida por voluntários nem sempre corre bem. Os profissionais tendem a assumir o poder, incluindo em domínios que são ou deviam ser da competência da comunidade e dos fundadores, por exemplo sobre o programa. Além disso, os salários e os diversos encargos que acompanham esse recrutamento colocam problemas recorrentes de orçamentos e de financiamentos externos, bem como de gestão de recursos humanos, que raramente são da competência dos fundadores.

Contudo, em tempos de crise e de dificuldades financeiras, a existência do ecomuseu assenta por vezes apenas nos voluntários, eles próprios tendo de adquirir preparação, sem por isso se tornarem remunerados. Porém, os voluntários às vezes desencorajam-se, cansam-se ou desaparecem, enquanto os profissionais prosseguem a sua carreira noutro lado. Convém gerir esses riscos num espírito de sustentabilidade do ecomuseu e de sustentabilidade do património.

Então, como encontrar um equilíbrio entre voluntários e profissionais? Como formar os primeiros e enraizar os segundos no território e torná-los reconhecidos pela comunidade? Será necessário criar formação em ecomuseologia, com os diplomas e a standardização daí decorrente? Não se poderiam criar formações profissionalizantes dirigidas tanto aos voluntários como aos profissionais, essencialmente apoiadas na prática e na troca de experiências entre ecomuseus?

5. QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS?

Uma simples observação da actual inovação no campo da “nova museologia” e da ecomuseologia permite identificar tendências mais ou menos localizadas, algumas das quais são sem dúvida promissoras,

favoráveis aos ecomuseus, outras, pelo contrário, de agravamento de obstáculos ao seu desenvolvimento. Tenta-se aqui descrever algumas dessas tendências que nos parecem evidentes. Cada leitor poderá reflectir sobre outras, que se revelem à sua volta, no plano nacional ou mesmo no plano europeu ou internacional, que se juntem a estas. É importante para o futuro dos ecomuseus, como de toda a inovação frágil, olhar atentamente para as mudanças que intervêm tão rapidamente no nosso ambiente social, económico, cultural e legislativo.

5.1. AS LEGISLAÇÕES TERRITORIALIZADAS

Vimos anteriormente que a maior parte dos países não reconhecem os ecomuseus como uma categoria legítima de estruturas de gestão patrimonial e que normalmente estão presos à regulamentação dos museus comuns. Há, contudo, excepções que poderiam multiplicar-se se os ecomuseus se tornassem mais numerosos e adquirissem a credibilidade e a visibilidade no campo patrimonial que ainda não têm.

Note-se o caso, actualmente único, de grande número de regiões italianas que adoptaram ou que preparam, no quadro largamente descentralizado deste país, leis regionais dos ecomuseus³. A China parece estar em vias de chegar a um sistema análogo, em várias regiões, assunto tratado numa recente tese de doutoramento na Deakin University⁴.

Podemos também assinalar o caso particular do México, onde os “museus comunitários” são oficialmente reconhecidos no quadro do Instituto Nacional de Antropología e Historia e existem ao nível dos Estados federados⁵. A Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC) tem reflectido sobre um projecto de legislação, nacional ou ao nível de certos estados, inspirada no exemplo italiano.

Tais decisões podem levar a estabelecer o ecomuseu, a assegurar-lhe um mínimo de apoio público durável associado ao reconhecimento político e administrativo, bem como a retirar-lhe progressivamente o carácter experimental e realmente endógeno em certos territórios.

Uma outra fórmula consiste em reconhecer aos ecomuseus e projectos similares a sua especificidade, o seu carácter experimental, a sua pertença a uma lógica de serviço social. Isso foi feito na região Emilia-Romagna, em Itália.

Nos casos em que os municípios têm uma real capacidade de gestão autónoma e inovadora do seu património, os ecomuseus estão muitas vezes ligados a um serviço municipal de património que compre-

³ Para conhecer o texto de diversas leis regionais, ver <http://www.ecomusei.net/leggi-regionali>.

⁴ A autora dessa tese, intitulada *The Model of Chinese Ecomuseums* e defendida em 2014 na Deakin University, Melbourne, Austrália, é Sabrina Hong Yi. Futuramente será consultável em formato digital no site <http://www.deakin.edu.au/>.

⁵ Ver http://www.arts-history.mx/sitios/index.php?id_sitio=3540351&id_seccion=694268&id_subseccion=471646.

“Uma simples observação da actual inovação no campo da nova museologia permite identificar tendências promissoras para os ecomuseus, e outras de agravamento dos obstáculos ao seu desenvolvimento.”

ende a protecção dos monumentos classificados, a recolha da memória, o inventário participativo do património da comunidade, sendo os ecomuseus (independentemente das suas designações e do seu estatuto jurídico) reconhecidos como instrumentos dessas missões nos seus territórios.

Destas diferentes fórmulas depende o futuro destes ecomuseus e o apoio dos poderes públicos. Resta protegê-los dos riscos de alienação dos projectos originais e de instrumentalização, sempre presentes.

5.2. AS ESTRATÉGIAS DE REDES

Um pouco por toda a parte, as instituições culturais organizam-se em redes, ora por iniciativa das próprias estruturas, ora por iniciativa dos poderes públicos. O objectivo é melhorar a coerência, facilitar a formação dos actores e agentes, mutualizar certos serviços, partilhar e trocar experiências sobre os métodos, credenciar, através de um documento programático ou de uma carta de intenções, mais ou menos negociada com os interessados, ou mesmo criar um “lóbi” para a defesa dos seus interesses.

As experiências de redes iniciadas pelos próprios ecomuseus não conseguiram chegar a funcionar verdadeiramente: por exemplo, na Noruega ou no Canadá (Québec). Em Itália, cada região onde existe uma lei dos ecomuseus criou uma rede, que tem sobretudo o propósito da permuta e da cooperação. Em França, já vimos anteriormente que a *Fédération des Ecomusées et Musées de Société* foi alargada aos museus ditos “de sociedade”, o que leva a uma confusão nos critérios reconhecidos para a adesão à rede.

As associações ou agrupamentos voluntários de ecomuseus formam redes de trabalho entre profissionais e responsáveis de ecomuseus.

É o caso da Mondì Locali em Itália, da ABREMC no Brasil, da Unión de los Museos Comunitarios no Estado de Oaxaca, no México, dos Neuf de Transilie na região parisiense, em França. O seu papel é de solidariedade, de formação recíproca, de cooperação sobre projectos, de investigação aplicada sobre os métodos.

Constata-se, por outro lado, a existência de redes temáticas: museus de favela ou de bairro urbano, museus indígenas ou autóctones, museus industriais, que não usam necessariamente o nome de ecomuseus, mas que seguem os mesmos valores e os mesmos princípios.

Devemos também mencionar os casos em que a rede abarca todos os museus de um grande território (metrópole, província, estado, como no Brasil), ou ainda dispositivos de tipo cooperativo que associam as estruturas culturais e patrimoniais pertencendo ao mesmo território, com objectivos comuns de desenvolvimento da sociedade. Chamamos-lhes “comunidades de museus”, “sistemas de museus” ou, em Itália, “distritos culturais”⁶, como

aquele, muito activo, de Val Camonica, na Lombardia. Que lugar podem aí ter os ecomuseus, cujas preocupações são muito diferentes das dos museus tradicionais

(centrados na relação com as colecções e com os públicos)?

Como tirar o melhor partido possível desta tendência, sem contudo cair no erro, sempre presente neste tipo de redes, da exclusão dos projectos que, por razões eventualmente subjectivas, não respondem a critérios previamente fixados?

⁶ SANTAGATA, Silvia (2002) – “I Distretti Culturali Museali”. *Working papers*. EBLA, Università di Torino.

5.3. O APARECIMENTO DE NOVAS FÓRMULAS

Os promotores e responsáveis de ecomuseus estão geralmente muito presos a este termo, enquanto outros actores dos patrimónios e da acção comunitária o rejeitam ou o consideram muito pouco explícito. Além disso, o efeito de moda que o envolve gerou por vezes criações de ecomuseus que mal respeitam os seus princípios de base (território, património, comunidade). Tudo isso provoca, em certos países, a vontade de se livrarem do termo ecomuseu, para procurar outros nomes ou para voltar à forma simples “museu de...”, mesmo se não há colecção, se a comunidade é o actor principal, e mesmo se o território está perfeitamente delimitado e a ele se destina o projecto. Conhecem-se, por exemplo, museus de rua, museus de percurso, museus comunitários, museus de comunidades específicas (como foi o Anacostia Neighborhood Museum nos anos 60 e 70 do século passado, que desempenhou um grande papel no conceito de ecomuseu). Os museus de favelas no Rio de Janeiro são exemplos característicos desta tendência recente.

Há também casos de projectos que não fazem referência nem ao museu, nem ao ecomuseu, mas que deveriam realmente estar-lhes ligados, pois têm todas as características que lhes são comuns: os Pontos

de Memória, igualmente no Brasil, os Parques culturais de Aragão (por exemplo, o de Maestrazgo de Teruel), o Consórcio de desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia, em Rio Grande do Sul. Baseiam-se na valorização do património do território a partir da mobilização e da responsabilização das populações e numa perspectiva de desenvolvimento global.

Em Itália, em aplicação da *Convenção Europeia da Paisagem* (2000), o tema da paisagem encontra-se nos nomes dos ecomuseus e é também objecto de iniciativas particulares, sob a designação, por exemplo, de observatórios da paisagem, que levam a actividades de inventário, de educação popular e de valorização muito próximas dos ecomuseus.

Em Portugal, reconhece-se a influência dos princípios ecomuseais em vários museus criados nas décadas de 80 e 90 do século passado, nomeadamente associados à valorização de património técnico e industrial, mas que optaram na sua grande maioria por se enquadrar na formulação clássica de museu, mesmo nos casos em que se reportam à “nova museologia” na sua programação.

Todas essas experiências trazem aos ecomuseus ideias novas, que cada vez mais se afastam do museu tradicional, colocando o acento principal no território e no seu desenvolvimento, mesmo se o principal recurso continua a ser o património no sentido mais lato. A comunidade humana continua a ser o actor e o usuário principal. Por esta razão, quisemos, neste artigo, alargar o nosso campo bem para lá da palavra ecomuseu. Também por isso, a observação das novas tendências no terreno é tão importante para manter viva e criativa a dinâmica ecomuseal, além das práticas semânticas.

5.4. A MOBILIZAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Vimos até que ponto a falta de recursos próprios dos ecomuseus e a redução dos financiamentos públicos, devido às políticas de austeridade dos governos, das regiões e das cidades, submetidos a uma pressão social acrescida, fragilizam os projectos experimentais e pouco inscritos no panorama museal tradicional. Um número crescente de ecomuseus, em diversos países, estão em vias de proceder a uma revisão drástica das suas parcerias com aquelas que se podem chamar as partes interessadas (*stakeholders*) do património e da acção cultural. Nisso seguem o exemplo dado por numerosos grupos e projectos do sector cultural, social, educativo e desportivo, que estão em vias de ser abandonados pelas suas tradicionais fontes de financiamento público.

Nesta óptica, as autoridades públicas locais e regionais tornam-se interlocutoras do ecomuseu, já não apenas no quadro das suas políticas culturais e do valor intrínseco do património, mas devido aos recursos que esse património oferece para a vida social, o desenvolvimento económico, o emprego, a manutenção de produções rentáveis e a inserção de novos habitantes.

Os actores económicos locais e vizinhos, por seu lado, mostram interesse na qualidade do seu quadro de actividade, na atractividade do

território para os seus empregados e sobretudo para os quadros, na reutilização de vazios industriais ou áreas de antigo *habitat* pitoresco. Devem também impedir a poluição e a erosão física que as suas actividades provocam no património.

Os estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior necessitam dos instrumentos pedagógicos oferecidos pelo ecomuseu e pelo território, das oportunidades de investigação, de uma mediação com os detentores de tradições.

Os agentes da indústria de turismo procuram no ecomuseu um pólo local de acolhimento, de programação, de mediação, de construção de imagem, de comunicação, permitindo otimizar os fluxos turísticos em função da capacidade de recepção do território e da população.

Os artífices especializados em profissões ligadas ao património encontram oportunidades regulares na actividade do ecomuseu, em trabalhos de conservação e manutenção, entre outros.

As empresas exteriores ao território, mas que encontram naquele tanto produtores como consumidores, têm interesse no favorecimento do seu desenvolvimento e podem intervir a título de responsabilidade social (o que é muito diferente do mecenato tradicional, que apenas implica o gosto pessoal do dirigente).

É entre todas as partes interessadas que o ecomuseu encontra, ou pode encontrar, os voluntários que lhe trarão a sua força de trabalho e contribuirão com as suas variadas competências.

Resta a questão da mobilização daquelas partes interessadas que habitualmente não consideram o ecomuseu senão como um *hobby* intelectual.

Há todo um discurso a inventar e a formular, uma demonstração que tem de ser feita em termos compreensíveis para cada categoria de parceiros, para suscitar o seu interesse e para facilitar a sua tomada de decisão para dar ao ecomuseu apoio moral, humano e material, ou até mesmo financeiro.

Temos exemplos na ligação permanente e estrutural entre o ecomuseu de Maranguape (Ceará, Brasil) com uma cooperativa de agricultores e uma escola secundária; na cooperação histórica entre o Ecomuseo de Val Germanasca (Piemonte, Itália) com a Scopriminiera, que explora as minas de talco; com o trabalho efectuado pelo Écomusée PAYSALP (Haute Savoie, França) e uma cooperativa leiteira para a promoção dos produtos desta e, em geral, dos agricultores do território; nas relações muito estreitas que se estabeleceram entre o ecomuseu de Santa Cruz (Rio de Janeiro) e as grandes empresas da zona industrial vizinha, como Gerda, Casa da Moeda, etc.

Entre algumas experiências do Ecomuseu Municipal do Seixal, destacamos a ligação com os industriais de panificação locais, no âmbito de um projecto expositivo e educativo sobre o ciclo cereal-pão, em que aqueles promoveram os seus produtos ao longo de vários meses, num dos núcleos do ecomuseu (o Moinho de Maré, em Corroios), servindo simultaneamente objectivos educativos e de sensibilização

para a saúde alimentar. Ou as relações criadas com empresas e instituições associadas a actividades marítimas para acções de valorização de profissões e da economia ligada ao mar.

A maioria dos ecomuseus ainda não estão habituados a essas negociações com os parceiros que pertencem a outros sectores e outras lógicas, mas devem aprender a existir nos seus territórios enquanto actores do desenvolvimento e, portanto, estarem aptos a cooperar com o conjunto dos outros actores.

5.5. O APELO A PRÁTICAS DE ORDEM ECONÓMICA

O ecomuseu torna-se por vezes um produtor e, por inteiro, um actor económico. Algumas experiências foram tentadas a partir de lógicas de fileira, da comercialização de produtos locais, do turismo de base comunitária. Essas práticas integram o ecomuseu nas estratégias e nos planos de desenvolvimento sustentável.

Muitos ecomuseus, senão todos, já vendem, em lojas especializadas, produtos “da terra”. Alguns vão mais longe e tomam a iniciativa de intervir mais activamente na economia de proximidade, da produção à comercialização. É assim que o programa piloto do Ecomuseo delle Acque del Gemonese (Frioul, Itália) trabalha na criação de uma fileira económica com todos os níveis de produção entre a cultura de um milho de montanha e a comercialização de um pão tradicional segundo os métodos orgânicos actuais⁷.

O Ecomuseu da Amazônia, em Belém (Pará, Brasil) assegura a formação (capacitação) e o acompanhamento técnico de comunidades das aldeias para um desenvolvimento de produções artesanais e hortícolas, destinadas ao consumo familiar, assim como à venda nos mercados próximos ou nos sítios turísticos daquela área.

Também podemos referir uma tendência que partiu do Québec nos anos 90 do século passado, de criar economuseus⁸, em que a produção económica rentável prevaleceu sobre o trabalho comunitário e o serviço à população. Esta fórmula pode facilmente derivar para a pura exploração lucrativa de um elemento de património por equipas especializadas, sem ligação real ao conjunto da população.

O ecomuseu local e o movimento

Mondi Locali⁹, em Itália, organizam todos os anos, em Argenta (província de Ferrara, Emilia-Romagna), a participação activa de uma quinzena de ecomuseus vindos de todas as regiões de Itália

na feira comercial local para a promoção e a venda de produtos locais dos seus territórios (artesanato, enogastronomia, programas turísticos). Os ecomuseus presentes ganham ali uma visibilidade e uma experiência de novos mercados reais ou potenciais, e os responsáveis de cada ecomuseu são incitados a reflectir, com os colegas, sobre questões de gestão, de normas europeias, de fiscalidade, de qualidade e de

⁷ Trata-se do projecto *Pan di Sore*.
Ver <http://www.pandisore.it/>.

⁸ Ver <http://www.economusees.com/>.

⁹ Ver <http://www.mondilocali.it/>.

produtividade, o que será útil para eles próprios e para os pequenos produtores locais que representam.

O turismo de proximidade e o ecoturismo, promovidos directamente pelos actores locais, com os capitais locais e apoiados em recursos locais, são uma forma nova de integração do património no desenvolvimento endógeno. Requerem uma mobilização concertada de todos, com reflexos positivos na economia do território, em termos de empregos, de microempresas, de animação da vida local, de formação de jovens, de utilização dos saberes dos mais velhos e de reutilização do edificado.

Todas essas diversas práticas dão aos ecomuseus que habitualmente as realizam uma credibilidade como actores e parceiros do desenvolvimento local. É certo que o retorno no investimento e o volume de negócios são inicialmente modestos, mas podem oferecer um caminho para o futuro. Os ecomuseus poderiam assim, progressivamente, juntar-se ao vasto movimento da economia social e solidária, denominada Terceiro Sector, que tende a ter uma importância maior na economia dos territórios.

5.6. A LIGAÇÃO COM AS POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dado que o ecomuseu está estreitamente associado ao desenvolvimento do seu território, relaciona-se naturalmente com o desenvolvimento sustentável e com as diferentes actividades que o acompanham, todas elas mais ou menos baseadas no património e na participação da comunidade. Quer se trate da água, da energia, da reciclagem de resíduos ou da biodiversidade, o ecomuseu tem um papel a cumprir na informação, na educação popular, na realização de projectos, na observação da paisagem e das mudanças no quadro de vida.

O Ecomuseu del Paesaggio di Parabiago (no grande subúrbio Oeste de Milão) está encarregado de criar e dar vida à *Agenda 21* desse território e, nesse âmbito, participa de todos os projectos de ordenamento, em particular o do vale do rio Olona. O Ecomuseu de Maranguape (Ceará, Brasil) foi criado na sequência de uma *Agenda 21*, para assegurar a continuação e explorar os resultados daquela. Com efeito, as duas fórmulas são muito próximas nas suas lógicas e nos seus métodos. Além disso, o ecomuseu pode, e deveria, assegurar-se de que o património cultural, material e imaterial, fosse integrado no processo da *Agenda 21* e, em geral, nas estratégias e nos programas de desenvolvimento sustentável dos territórios. Muitíssimas vezes, com efeito, o desenvolvimento sustentável é respeitante ao ambiente, em parte o social, mas praticamente nunca o cultural. Ora não se pode ter uma visão de futuro “sustentável” sem que esteja enraizado numa continuidade e numa diversidade cultural, e também sem que a cultura e o património vivos sejam gerados com prudência e criatividade, para os adaptar às mudanças da sociedade, das tecnologias e às influências do exterior.

Nos casos citados anteriormente isso foi feito, mas também poderiam ser referidos museus de populações indígenas (Brasil) e autóctones (Canadá) que se empenham numa gestão do seu meio, tendo em conta não só princípios ecológicos definidos por especialistas exteriores, como também o significado espiritual de sítios, de objectos e de ritos que contribuíram, geração após geração, para manter determinados recursos disponíveis para a sobrevivência e a coesão da comunidade.

5.7. A GENERALIZAÇÃO DO DIGITAL

Os ecomuseus, como os museus mais tradicionais, apostam em valorizar as “coisas reais”, os objectos, os monumentos, os sítios, ou então as “coisas imateriais”. Mas actualmente a invasão das tecnologias digitais para a informação e a comunicação, assim como para a investigação e a educação, conduz a uma nova dimensão de toda a actividade baseada no património.

Isto é particularmente claro para o trabalho de inventário participativo: para além de um primeiro inventário feito sobre o real, as técnicas de registo, de catalogação, de reprodução, tornam possível uma exploração de meios documentais, assim como uma implicação contínua da comunidade e de cada um dos seus membros na investigação, no complemento e na partilha de informações, no contributo de imagens, etc. O *Google Maps*, a georreferenciação, as aplicações para *smartphone* são técnicas preciosas para cartografar os elementos do património, tanto para os habitantes como para os visitantes externos. O método de audioguia torna-se cada vez mais utilizado, mesmo por pequenos museus locais ou por sítios do património para fazer conhecer e compreender o património e o seu contexto, a sua história, os seus significados.

Através destes meios, os ecomuseus podem dar a conhecer e tornar acessíveis, numa escala global, patrimónios que nunca seriam valorizados sem a participação das próprias comunidades, nos seus territórios.

O digital, que as gerações mais jovens dominam melhor, pode também permitir associá-los aos trabalhos do ecomuseu, mesmo fora do âmbito escolar, através das redes sociais, das *webTV* que eles próprios realizam, das funções de *webmaster*, dos blogs.

5.8. UMA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL SOLIDÁRIA

No momento em que a crise económica na Europa obriga a repensar as relações entre os diferentes níveis de territórios e as escolhas orçamentais, há lugar a uma reflexão sobre a organização e a planificação dos museus e do património (juntando os monumentos, bibliotecas e arquivos), e sobre a eventual cooperação entre eles, tendo em vista mutualizar as receitas e as despesas, o pessoal, as actividades, a comunicação. Muitas soluções são discutidas, mesmo se, até agora, um certo conservadorismo e individualismo dos museus locais e dos seus res-

ponsáveis se opõe ainda a iniciativas radicais e a alterações criativas dos modos de gestão:

- Começa-se a assistir a colóquios, a reflexões colectivas, mas daí só raramente resultam decisões originais;
- Como já vimos, constituem-se redes de museus, mas raramente por motivos de gestão e de economia, antes por razões mais frequentes de colaboração administrativa e de realização de actividades em comum;
- Realizam-se agrupamentos ou fusões de pequenos museus, que se tornam instituições polinucleadas, com um certo grau de autonomia para cada elemento, mas com custos comuns de pessoal e de gestão. Seja qual for a solução adoptada, para obter resultados também eles “sustentáveis”, é indispensável fazer um prévio diagnóstico da situação à escala do território, analisar a situação particular de cada museu, sob diferentes ângulos (fundadores, colecções, pessoal, meios habituais, interesse dos eleitos e das comunidades, situação geográfica), seguidamente investigar, por concertação de interesses, qual a solução aceitável para todos, assim como para as autoridades locais, regionais e nacionais. Essa solução seria objecto, na medida do possível, de uma cartografia dos elementos agrupados, de um organigrama e de convenções formais plurianuais, para dar ao novo dispositivo uma visibilidade e uma legitimidade fortes.

Em todo o caso, parece inevitável a aplicação, a partir de agora, de uma verdadeira moratória sobre a criação de novos museus, assim como sobre a extensão e a construção dos museus existentes. É irresponsável criar novas necessidades de financiamento em funcionamento, para um futuro muito longínquo, mesmo que os meios de investimento estejam imediatamente disponíveis.

O princípio de base é sempre a solidariedade entre as forças do território que se preocupam com o património e com o interesse das populações, isto é, com a utilidade social do museu. O princípio é também a solidariedade entre os museus de territórios vizinhos e sobretudo entre os respectivos responsáveis, sejam eles voluntários ou profissionais.

5.9. TRANSFORMAR OS MUSEUS TRADICIONAIS

Sublinhamos enfim os crescentes esforços, da parte dos museus tradicionais e dos museólogos que deles se ocupam, para adoptar o que se poderia chamar, por analogia com as empresas privadas, uma responsabilidade social para com o meio humano e patrimonial. Isso vai no sentido do que tinha sido recomendado há mais de 40 anos pela Mesa Redonda de Santiago, que prece-
deu a expansão dos ecomuseus e dizia então respeito exclusivamente aos museus de arte e de ciências¹⁰. Portanto, esperamos que os ecomuseus se aproximem e cooperem para gerir conjuntamente o patri-

¹⁰ Ver *Publicación de los documentos originales. Mesa Redonda sobre el Desarrollo y el Papel de los Museos en el Mundo Contemporáneo, Santiago de Chile, 1972 (2012)* – Brasília, programa Ibermuseos / IBRAM. 2 vol.

“Os riscos e as tendências actuais exigem que os ecomuseus identifiquem e aceitem os desafios que os aguardam, fazendo escolhas, conscientes da importância política do seu projecto e da necessidade de mobilizar para ele todas as forças vivas do território.”

mónio dos territórios, o vivenciado e o protegido. Lembremos o caso do serviço educativo da Pinacoteca do Estado de São Paulo (Brasil), que desenvolveu actividades consideráveis dirigidas às populações mais desfavorecidas da cidade, às crianças de rua e aos portadores de deficiências.

O ICOM tem nestes últimos anos colocado em debate, por ocasião das suas conferências gerais e das jornadas anuais dos museus, este tipo de tema, talvez mais difícil de tratar nos grandes museus, de âmbito nacional ou internacional, mas perfeitamente válidos para os museus regionais e de âmbito territorial, que nas suas missões podem assumir serviços para as populações próximas e orientar a utilização das colecções para benefício daquelas.

Os ecomuseus podem continuar a contribuir para esta mutação dos museus tradicionais, dando aos seus profissionais o contributo dos seus princípios, das experiências e métodos alimentados pela experiência de terreno e da concepção que têm sobre a sua função social.

6. QUAIS SÃO OS DESAFIOS?

A situação actual, os riscos e as tendências anteriormente descritas exigem que os ecomuseus identifiquem e aceitem os desafios que os aguardam, fazendo escolhas, mesmo difíceis ou penosas, e adoptando a abordagem integral recomendada desde 1972 pela Mesa Redonda de Santiago. Isso supõe que os fundadores e os responsáveis dos ecomuseus se ocupem não somente da gestão do património no quotidiano, mas que se comportem como empreendedores sociais e cultu-

rais, conscientes da importância política do seu projecto e da necessidade de mobilizar para ele todas as forças vivas do território.

6.1. AVALIAR A UTILIDADE SOCIAL DO ECOMUSEU

Como avaliar um ecomuseu, como determinar a sua utilidade social real? A avaliação é um olhar dirigido à acção, aos objectivos, aos métodos, aos resultados do ecomuseu. Não é uma mera opinião, exige um certo rigor e, sempre que possível, a participação de actores e usuários que trarão as suas próprias subjectividades, de maneira a confrontá-los e a partir deles retirar orientações e propostas de modificações. Não podemos aqui elaborar um método e um procedimento adaptados a todos os ecomuseus. Cada um deve poder elaborar o seu próprio processo de avaliação. A par de bibliografia importante sobre a problemática da qualidade e da avaliação de museus, na perspectiva da sua função social, existem trabalhos disponíveis sobre a área específica que estamos a tratar, nomeadamente estudos realizados há alguns anos em Itália por uma equipa da Universidade de Newcastle ¹¹. A região da Lombardia adoptou um conjunto de critérios e de indicadores para gerir o reconhecimento dos ecomuseus de acordo com a lei regional de 2006.

¹¹ CORSANE, G. *et al.* (2007) – “Ecomuseum Evaluation: Experiences in Piemonte and Liguria, Italy”. *Journal of Heritage Studies*. Taylor and Francis. 13 (2): 101-116.

Tentemos apenas elencar, a partir da nossa própria experiência, as questões que consideramos pertinentes para determinar a utilidade social, que é sem dúvida o argumento principal para defender a necessidade de apoiar e viabilizar a longo prazo o ecomuseu. Não reconhecer essa utilidade social significaria que o ecomuseu apenas servia aos seus fundadores ou ao pequeno grupo de pessoas que o movimentam. As questões devem ser formuladas de um modo simples, para poderem ser compreendidas por todos aqueles que aceitem participar na avaliação e também por aqueles que deverão aprovar as conclusões, pois é muito importante que estas sejam dadas a conhecer e partilhadas com o conjunto da comunidade.

É necessário dar este passo para preparar o futuro e adaptar o ecomuseu às mudanças da sociedade e do meio em que está inserido. Eis uma breve lista de indicadores que cada um pode escolher, alterar, completar em função do contexto e das aspirações dos participantes no exercício de avaliação:

- A que necessidades da população local responde actualmente o ecomuseu?
- Que relevância é dada ao património cultural na estratégia de desenvolvimento do poder local?
- Que espaço de discussão e de participação o ecomuseu (ou a autoridade local, que tutela o ecomuseu), atribui à comunidade?
- Qual a intervenção dos cidadãos / das comunidades na patrimonialização e na musealização?

– Que tipo de preparação têm os técnicos de património / museu para o desenvolvimento local? Como reagem às tensões e conflitos em torno do património?

– Quais as consequências da constituição, a partir de uma dinâmica participada, de uma colecção ecomuseal ¹² cuja responsabilidade incumbirá ao ecomuseu?

– Como operacionalizar a participação das comunidades na vida do ecomuseu?

– Como se integram / podem integrar os museus em políticas públicas intersectoriais à escala dos territórios?

– Até que ponto a museologia comunitária necessita de um enquadramento legal específico e distinto dos outros museus?

Traçámos evidentemente um esboço de questões para avaliação. Pensamos que terá chegado o momento de criar um verdadeiro programa de avaliação de museus comunitários e talvez até de se pensar num procedimento do tipo ISO 25000.

¹² No sentido dado a este termo pelo Ecomusée du Fier Monde, em Montréal (Canadá) – ver <http://ecomusee.qc.ca/collections/definition-des-collections/>.

6.2. ESCOLHER OS OBJECTIVOS E AS PRIORIDADES

Todo o ecomuseu deveria ter sido motivo, no momento da sua criação, de um diagnóstico do território, do estado do património e das expectativas da população sobre o território em causa ¹³. A partir dessa base, se possível de modo participado, associando as principais partes interessadas no desenvolvimento da vida social e cultural do território, é necessário determinar os objectivos do projecto. A simples valorização do património não é suficiente, é apenas um meio para atingir verdadeiros objectivos de serviço à sociedade, que são fundamentalmente de natureza política e devem seguir a par dos outros objectivos de desenvolvimento sustentável desse território.

Os objectivos do ecomuseu devem ser formulados com precisão e decorrer do princípio geral da função social do museu e da sustentabilidade do património no quadro do desenvolvimento do território. Há naturalmente um objectivo principal, que pode ser a valorização do património no sentido cultural, ou a valorização no sentido socio-económico, focando um tema particular (industrial ou agrícola, por exemplo), ou ainda uma combinação dos dois.

Esses objectivos requerem uma comunicação eficaz, dirigida aos apoios e aos potenciais financiadores do ecomuseu, que tendem muitas vezes a considerá-lo uma iniciativa simpática, sem dúvida, mas de importância quando muito secundária.

Servirão em seguida de referência para toda a avaliação do ecomuseu e das suas diversas actividades: os objectivos são respeitados? Apare-

¹³ Encontra-se um ensaio de método em VARINE, H. (2002) – *Les Racines du Futur*. ASDIC, reeditado em linha em <http://www.hugues-devarine.eu/>.

cem outros, implicitamente, que colocam em causa as prioridades e mesmo o serviço de carácter social?

A partir dos objectivos, uma vez que estejam configurados e partilhados, e, portanto, que sejam conhecidos por todos, faltará definir as prioridades quanto às modalidades de acção do ecomuseu. Nessa fase será necessário ter em conta o contexto local e dos programas de desenvolvimento para estabelecer a credibilidade do ecomuseu, dos seus programas, das suas responsabilidades. É assim que os ecomuseus italianos privilegiam os *mappe di comunità*, que mobilizam a população e a iniciam na gestão do seu património. Para o Ecomuseu de Manguepe, em primeiro lugar está o trabalho com a escola, pois deverão ser os jovens a assumir a manutenção e a transmissão do património comum. Para um museu indígena do Brasil ou do Canadá, a prioridade será a reapropriação dos territórios e dos símbolos herdados dos seus antepassados.

É a este preço que a população no seu conjunto e os responsáveis políticos do território irão compreender que o ecomuseu é um instrumento ao seu serviço, que responde às suas necessidades e às suas expectativas, no qual se podem apoiar, com o qual podem dialogar e cooperar.

6.3. ESCOLHER AS ESTRATÉGIAS

Tomadas as primeiras decisões, o ecomuseu poderá assegurar o seu futuro pela escolha de um modelo de gestão adaptado ao seu contexto. Habitualmente, podemos constatar duas soluções, mais ou menos opostas: a dependência directa do poder local (municipal, na maioria dos casos) ou a independência através de uma estrutura associativa. Mas, como já vimos, a associação, desprovida de recursos próprios suficientes e não podendo existir sem receber subvenções provenientes de poderes públicos ou de privados, que não têm os mesmos objectivos, não é verdadeiramente independente, pois tem de prestar contas anualmente aos parceiros exteriores, que são livres de lhe dar apoio ou de a abandonar, segundo as suas razões próprias.

A análise dos riscos actuais e prováveis, que já esboçámos noutra parte deste artigo, orientará a decisão, a qual também deverá ser partilhada com os principais actores locais do desenvolvimento, representando o poder político, a sociedade civil e os meios económicos. Em todos os países, existe uma gama de estatutos e de modalidades de organização de empresas de interesse público, entre os quais fazer uma escolha. Voltaremos a este ponto.

Falemos agora de estratégia, para se ter em conta duas dialécticas complementares que guiarão as escolhas:

– Como combinar uma iniciativa a curto prazo, uma fase de transição para os ecomuseus existentes, que deverão procurar novas bases para se reorganizarem, e uma fase de lançamento e de aprendizagem para os novos, com uma perspectiva de longo prazo, que implica sustentabilidade e evolução?

– Como conciliar o quadro micro local, o do território, sempre reduzido devido ao risco de fechamento identitário, com uma visão necessariamente macro global, regional, nacional, mesmo transnacional ou europeia, imposta pela necessidade de abrir janelas para o mundo exterior?

Não há uma resposta única a estas questões, mas das respostas dadas pelos promotores do projecto dependerão as escolhas dos principais parceiros, a elaboração dos programas e os orçamentos, a procura de actores locais e de cooperações externas, a definição de fontes de financiamento e das contrapartidas aceitáveis para a sua obtenção.

Do mesmo modo se coloca a questão das relações entre estruturas culturais e patrimoniais locais, entre o ecomuseu e os outros museus, os monumentos, as bibliotecas e centros de arquivos, as associações de defesa do património e do ambiente. Como vimos, os *distretti culturali* italianos ¹⁴ encontram uma resposta a essa necessidade de ligação operacional das forças do sector cultural, em sentido lato, face às dificuldades de momento ou de futuro.

¹⁴ BARBETTA, G. P. et al. (2013) – *Distretti Culturali: dalla teoria alla pratica*. Bologna: Ed. Il Mulino.

6.4. TORNAR-SE UMA EMPRESA MISTA OU HÍBRIDA

Como já repetimos diversas vezes, um ecomuseu, devido ao seu carácter inovador, experimental, não-conformista, não é uma instituição cultural regida pelas mesmas normas que os museus enquanto serviços públicos culturais tradicionais, cujo financiamento é em princípio assegurado pelas colectividades territoriais, da Câmara ao Estado. Aliás, será o ecomuseu uma instituição? Quando um ecomuseu é, na realidade, uma estrutura municipal, como acontece, poderá não estar bem enquadrado numa direcção cultural, que lida mal com o carácter experimental, com as questões ambientais, de desenvolvimento local, e também com as acções ditas “transversais” que se distribuem pelo conjunto dos campos sectoriais do município.

É por isso que a maioria dos ecomuseus, pelo menos na Europa, adoptam o estatuto associativo, dito “sem fim lucrativo” (por vezes também denominado ONG, organização não governamental). Mas esta fórmula adapta-se mal, porque torna o ecomuseu dependente de subvenções concedidas seja pelas administrações públicas, seja pelas fundações ou mecenas, que são frágeis e dependentes de apreciações subjectivas, da parte de políticos, funcionários, responsáveis de bancos ou de empresas, sempre susceptíveis de mudança de orientação e dependendo da evolução dos orçamentos e de montantes de negócios.

Ora o ecomuseu é, na prática, uma empresa de gestão e de valorização do património de um território, possuindo todas as características de uma empresa, mas que raramente é considerado como tal. Gere, pelo menos indirectamente, um património comum, tem pes-

soal voluntário ou remunerado, investe em equipamentos mais ou menos custosos, produz bens comercializáveis, ou comercializa os produtos locais, participa em programas turísticos, administra um portal ou sítios da Internet, está presente nos meios sociais, etc. Isso supõe uma governança rigorosa, credível junto dos parceiros e dos interlocutores públicos e privados, nalguns casos uma capacidade de obter empréstimos dos bancos, um fundo de maneo apoiado num capital permanente.

O ecomuseu, por todas estas razões, deve assegurar um estatuto especialmente adaptado às suas missões e ao seu objectivo maior de servir a comunidade.

Não é uma empresa capitalista, destinada ao lucro remunerador dos detentores do capital. Aplica-se-lhe pois, claramente, uma das duas fórmulas seguintes (a encontrar por comparação com as legislações nacionais aplicáveis):

- A economia mista, que associa numa estrutura de estatuto comercial os capitais públicos (maioritários) e privados, para a gestão de um serviço cultural de interesse social sobre um território; os capitais privados podem provir das partes interessadas do ecomuseu, empreendedores locais, associações, pessoas físicas, como resultado de subscrições na comunidade. Esta economia mista está melhor adaptada a um ecomuseu que intervém fortemente no campo económico e que reinvestirá pelo menos uma parte das suas receitas no seu objectivo social, que é a gestão do património comum para o desenvolvimento;
- A economia social ou cooperativa, em que se juntam em paridade (um elemento, um voto) todas as partes interessadas, pessoal, colectividades públicas, actores económicos e associações locais, numa verdadeira empresa de utilidade social. Constituindo uma verdadeira empresa, o ecomuseu que escolhe este estatuto permanece uma estrutura militante, em que o investimento intelectual tem tanta importância como o investimento financeiro. Este tipo de estatuto tem nomes diferentes segundo o país: *société à finalité sociale* na Bélgica; *union d'économie sociale* (UES) ou *société coopérative d'intérêt collectif* (SCIC) em França; cooperativa social em Itália; organização de comunidade civil de interesse público (OSCI) no Brasil; *social enterprises* nos países anglo-saxónicos; *corporations à but non lucratif* no Canadá; fundações, cooperativas ou associações em Portugal, etc.

Os dois casos têm por regra a hibridação dos recursos, o que permite simultaneamente uma real implicação das partes interessadas e uma diversificação de recursos que ajuda a prevenir as flutuações económicas e políticas do momento.

A escolha do estatuto é uma decisão importante que não se pode tomar com ligeireza e que obriga a assegurar o compromisso real e durável das partes interessadas. É igualmente necessário obter a ajuda de juristas especializados, fiscalistas, que sejam bons conhecedores da situação do território, ir ao encontro das estruturas análogas que podem contribuir com a sua experiência concreta e evitar que se cometam erros.

“Cada ecomuseu deve organizar-se para delinear o futuro a longo prazo enquanto preserva os valores patrimoniais, permitindo que evoluam e se transformem, abertos aos contributos de novas populações e às influências da mundialização.”

7. CONCLUSÃO: INTEGRAR O ECOMUSEU NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Que futuro para os ecomuseus? Não podemos prever o futuro de um ou de outro ecomuseu, que como já vimos são frágeis por natureza e estão ameaçados por riscos diversos, confrontados com tendências ainda pouco claras, obrigados a responder a desafios locais e exteriores. É um movimento ecomuseal nacional ou mundial, um movimento necessariamente solidário, para além dos apelos e das especificidades locais. Trata-se da capacidade dos seus promotores e dos seus militantes para continuar a inovar, a experimentar, a mudar com a sociedade, para fazer com que o património vivo dos territórios seja um verdadeiro recurso para o desenvolvimento desses mesmos territórios. Isso significa que todos os ecomuseus são actores desse desenvolvimento, a que queremos chamar “sustentável”. Quer dizer que cada ecomuseu, no seu quadro territorial e comunitário, deve organizar-se para delinear o futuro a longo prazo, enquanto preserva os valores patrimoniais, permitindo que evoluam e se transformem, e criando novos, ligados aos antigos, abertos aos contributos de novas populações e às influências da mundialização.

Isso faz do ecomuseu um agente social importante e complexo, presente nos campos cultural, educativo, social e económico, assegurando uma coerência e uma continuidade na vida quotidiana e nas iniciativas dos membros da comunidade.

É também um agente político de mobilização dos cidadãos para participarem na construção consciente do seu futuro e para se tornarem capazes de dominar as mudanças que esse futuro lhes reserva.

É ainda necessário que todos o reconheçam como tal, a própria comunidade e os poderes políticos, sociais e económicos. Para tal deve agir e ao mesmo tempo dar-se a ver, resistir e cooperar, convencer e dar vida ao património como um capital comum. 